



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

ISABEL MEDEIROS DA SILVA

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PARA A INCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Orientadora: Prof^a Dr^a Adriana Gaião e Barbosa

JOÃO PESSOA

2016

ISABEL MEDEIROS DA SILVA

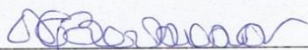
**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PARA A INCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado de Psicopedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Psicopedagogia.

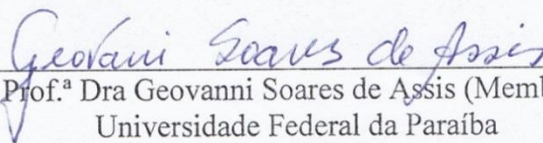
Orientador(a): Prof^a. Dra Adriana Gaião e Barbosa.

Aprovado em: 23 / 06 / 2026.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra Adriana Gaião e Barbosa (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba



Prof.^a Dra Geovanni Soares de Assis (Membro)
Universidade Federal da Paraíba

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL.

Resumo:

Visando a inserção dos autistas em escolas regulares foi criada a Lei nº 12.764, que institui a "Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista". Pensando nesse questionamento, esse estudo tem como objetivo geral analisar como se dá a formação dos professores em relação à inclusão de autistas no ensino regular. Além disso, tem como objetivos específicos: comparar se existe diferença na inclusão de autistas na escola públicas e privadas e identificar se os professores do ensino fundamental estão capacitados para inclusão de crianças autistas. Participaram desse estudo 15 professores (sete de escolas públicas e oito de escolas privadas), divididos em sete escolas localizadas na cidade de João Pessoa-PB. Para a realização da pesquisa foi utilizada uma entrevista semiestruturada contendo 5 perguntas para os professores e um questionário sociodemográfico para fins de caracterização da mesma. A análise de dados se deu por meio da análise de discurso, segundo a análise de Bardin (2009). Os resultados indicaram que existe resistência de alguns profissionais por não saber como trabalhar com esses alunos. Apesar do resultado ter sido satisfatório, é notório que a necessidade de continuação de um estudo mais aprofundado sobre o tema. Para que a inclusão ocorra é preciso mais do que a aprovação de uma lei. Deve-se rever as políticas públicas atuais de modo a garantir aos educadores os conhecimentos, o tempo e a formação necessária para que os alunos não só sejam matriculados, mas também tenham garantido seu direito de aprender.

Palavras-chave: Autismo.Inclusão.Escolaridade.

1 INTRODUÇÃO

O espectro autista é caracterizado por prejuízos desde os primeiros anos de vida nas áreas de interação social, comunicação e comportamento. Os aspectos relacionados à etiologia, as possibilidades terapêuticas e a inserção em escolas regulares não são conclusivos, dado que evidencia a importância de estudos na área.

Notadamente, são inúmeros os estudos realizados desde a primeira descrição do autismo, em suas diferentes áreas de conhecimento, ainda que muitos aspectos permaneçam inconcludentes, sobretudo em relação à etiologia, a variabilidade na manifestação dos sintomas, ao prognóstico e as possibilidades interventivas.

Pensando nisso, foi gerado um questionamento pessoal acerca de como está sendo realizada a formação dos professores diante a inclusão das crianças autistas no ensino regular. A problemática em questão é: “Será que os professores do Ensino Fundamental estão preparados para a inclusão de crianças autistas no ensino regular?”.

Uma das razões que levou o estudo da pesquisa foi a realização de um Estágio durante o ano letivo de 2014 em uma escola particular na cidade de João Pessoa – PB, na qual deu oportunidade de trabalhar com crianças autistas que estavam matriculadas em salas de ensino regular.

Diante desse panorama o presente artigo traz à tona a hipótese que a formação dos professores em relação à inclusão de crianças autistas no ensino regular é um elemento que auxilia o processo de aprendizagem dos indivíduos autistas assim como a formação dos professores e de todos os que fazem parte do contexto na qual essas crianças estão inseridas. Nesse sentido, traça-se como objetivo principal analisar como se dá a formação dos professores em relação à inclusão de autistas no ensino regular. Além disso, os objetivos específicos tratarão de comparar se existe diferença na inclusão de autistas na escola públicas e privadas, e identificar se os professores do ensino fundamental estão capacitados para inclusão de crianças autistas.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 AUTISMO

Desde muitos anos atrás o Autismo atraiu a atenção de pesquisadores e clínicos pelo seu comportamento sempre intrigante e também por questões na qual o transtorno apresenta a respeito da própria natureza humana. Os primeiros casos presumidos de autismo foram descritos há cerca de dois séculos por Jean Marc Gaspard Itard (1801) na França e por Jonh Haslam (1809) na Inglaterra, em termos idênticos aos da sintomatologia considerada típica atualmente (DUMAS, 2011). Embora o autismo seja conhecido há muito tempo esperou-se muitos anos para que outros pesquisadores descrevessem sobre o autismo; Leo Kanner (1943), nos Estados Unidos, e Hans Asperger (1944), na Áustria descreveram sobre o autismo por meio de estudos de caso. Kanner descreveu casos de 11 crianças que tinham em comum um isolamento extremo desde o início da vida e o desejo obsessivo pela mesmice, para Kanner, o autismo era causado por pais altamente intelectualizados, pessoas emocionalmente frias e com poucos interesse nas relações humanas; Asperger descreveu que o padrão de comportamento e habilidades ocorria mais em meninos e essas crianças apresentavam deficiências sociais graves, porém tinha a linguagem bem preservada e pareciam inteligentes; Asperger acreditava que essas crianças eram diferentes das autistas de Kanner devido a elas serem tão perturbadas elas desenvolviam fala altamente gramatical e não apresentavam sintomas antes dos três anos de vida (DUMAS, 2011).

O autismo é definido como um distúrbio congênito do comportamento que se manifesta durante a infância. É marcado por uma alteração qualitativa, de gravidade variável, das interações sociais, da comunicação verbal e não-verbal e do acesso ao imaginário; estes distúrbios estão associados a uma marcada restrição do campo das atividades e dos interesses (American Psychiatric Association, DSM-IV, 1996).

O autismo pode está manifestado no bebê desde as primeiras semanas de vida, ou aparecer apenas na primeira infância ou na idade pré-escolar; e então caracterizado por perda da linguagem, da capacidade de socialização, das condutas de jogo e, frequentemente, também nas capacidades cognitivas. Estes sintomas podem ou não estar associados a sinais mais clássicos de disfunção cerebral, como déficits sensório-motores ou manifestações epilépticas. (NARBONA, JUAN; CHEVRIE-MULLER, CLAUDE, 2005)

Segundo a CID-10 (1993) o Autismo é um Transtorno Invasivo do Desenvolvimento anormal e/ou comprometimento que se manifesta antes dos 3 anos de idade e pelo tipo característico de funcionamento anormal em todas as três áreas: de

interações sociais, comunicação e comportamento restrito e repetitivo. E segundo o DSM-V (2014) a denominação é basicamente a mesma, porém agora ele é chamado de Transtorno de Espectro Autista e engloba transtornos chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global de desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger. O termo *espectro* é utilizado devido a manifestações do transtorno variar dependendo da gravidade da condição do autista, do nível de desenvolvimento e da idade cronológica.

A etiologia do autismo na maioria dos casos é desconhecida, porém, de acordo com o DSM-V (2014) questões como: fatores ambientais; genéticos e fisiológicos; questões relativas à cultura e ao gênero podem ou não está ligado a etiologia do autismo dependendo do caso. Em relação a fatores ambientais uma gama de fatores de risco inesperados, como idade parental avançada, baixo peso ao nascer ou exposição fetal a ácido valproico, pode contribuir para o risco de Transtorno do Espectro Autista; em relação a fatores genéticos e fisiológicos estimativas de herdabilidade para este variam de 37% até mais de 90% com base em taxas de concordância entre gêmeos, atualmente até 15% dos casos parecem está associados a uma mutação genética conhecida, com diferentes variações no número de cópias *de novo* ou mutações *de novo* em genes específicos associados ao transtorno em diferentes famílias.

No entanto, mesmo quando um transtorno do espectro autista está associado a uma mutação genética conhecida, não parece haver penetrância completa, o risco para o restante dos casos parece ser poligênico, possivelmente com centenas de *loci* genéticos fazendo contribuições relativamente pequenas; nos fatores relativos à cultura haverá diferenças culturais nas normas de interação social, comunicação não verbal e relacionamentos, indivíduos com esse transtorno, entretanto, apresentam prejuízos marcados em relação aos padrões de seu contexto cultural, fatores culturais e socioeconômicos podem influenciar a idade de identificação ou de diagnóstico; e por fim fatores relacionados ao gênero que é diagnosticado quatro vezes mais no sexo masculino, em amostras clínicas pessoas do sexo feminino têm mais propensão a apresentar Deficiência Intelectual concomitante, sugerindo que meninas sem comprometimento intelectual concomitante ou atrasos na linguagem podem não ter o transtorno identificado, talvez devido à manifestação mais sutil das dificuldades sociais e de comunicação (DSM-V, 2014).

Em relação a epidemiologia Dumas (2011) afirma que a prevalência do autismo é em média, 3 a 4 mais elevada entre meninos que entre meninas e segundo do DSM-V (2014) em anos recentes, as frequências relatadas de transtorno do espectro autista, no Estados Unidos e em outros países, alcançaram 1% da população, com estimativas similares em amostras de crianças e adultos. Ainda não está claro se taxas mais altas refletem expansão dos critérios diagnósticos do (DSM-IV, 2014) de modo a incluir casos subliminares, maior conscientização, diferenças na metodologia dos estudos ou aumento real na frequência do transtorno.

Segundo Rapin (2005) *apud* Dumas (2011) o autismo é uma patologia definida a partir de características comportamentais, não há nenhum teste neurológico, neuropsicológico ou de linguagem que possa ser utilizado para confirmar ou invalidar seu diagnóstico. Este se baseia inteiramente na avaliação de comportamentos como a sociabilidade, o jogo e a afetividade. Tal avaliação provém de observação clínica e da investigação do meio familiar da criança; ela deverá incidir sobre as manifestações comportamentais que puderam ser observadas desde o início do desenvolvimento. Contanto que se façam as perguntas adequadas e se realize uma observação correta, o diagnóstico do autismo ficará evidente; aliás, há uma elevada porcentagem de concordância entre examinadores quando se confrontam diagnóstico feitos por diferentes profissionais para as mesmas crianças, ou seja, não é uma tarefa fácil chegar ao diagnóstico do autismo, porém de acordo com o DSM-V (2014) a características essenciais para que possa chegar a um diagnóstico são prejuízos persistente na comunicação social recíproca e na interação social, padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades; esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário.

2.1.1 Inclusão

Há alguns anos atrás era considerado irrealista pela maioria das pessoas discutir a possibilidade de educar todos os alunos, incluindo aqueles com algum tipo de patologia nas escolas e nas turmas regulares. Agora, isso já esta sendo feito com sucesso aos poucos, porém de forma crescente aqui no Brasil.

A inclusão escolar foi definida por Karagiannis, Stainback e Stainback (1999, p.21), como “pratica da inclusão de todos – independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas provedoras, onde todas

as necessidades dos alunos são satisfeitas”. A Inclusão é uma filosofia segundo a qual os alunos, familiares, educadores e membros da comunidade unem-se para criar escolas cuja base é a aceitação, a luta pelo direito de ocupar o seu lugar na escola e a colaboração entre os envolvidos (SALED, 2008). Ou seja, a inclusão escolar não significa a inserção de alunos com deficiência em classes de ensino regular sem apoio para professores ou alunos, portanto o principal objetivo do ensino inclusivo é servir adequadamente a todos os alunos.

Visando a Inclusão de crianças com autismo em escolas regulares foi sancionada a Lei nº12.764, que institui a “Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista”. Sancionada em 27 de dezembro de 2012 pela presidente Dilma Rousseff, a medida faz com que os autistas passem a ser considerados oficialmente pessoas com deficiência, tendo direito a todas as políticas de inclusão do país - entre elas, as de Educação. Falando especificamente de Educação, a lei é vista por especialistas como mais um reforço na luta pela inclusão. A lei estabelece que o autista tenha direito de estudar em escolas regulares, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Profissionalizante, e, se preciso, pode solicitar um acompanhante especializado. Ficam definidas, também, sanções aos gestores que negarem a matrícula a estudantes com deficiência.

Segundo Stainback e Stainback (1999) os apoios devem ser centrais e não periféricos à educação regular, assim dessa maneira os benefícios do ensino inclusivo podem atingir todos os alunos, proporcionando a eles a oportunidade de vivenciar experiência em contextos reais, o que os prepara melhor para vida em comunidade, desenvolvendo assim a compreensão, o respeito e o aprender em considerar como naturais as semelhanças e as diferenças entre os indivíduos. Os professores também são beneficiados, já que, com o esforço para atender as mais variadas necessidades dos alunos, eles desenvolvem e aperfeiçoam suas habilidades, além disso, a sociedade desenvolve seus valores sociais de respeito a diversidade e igualdade de direitos.

Segundo Skrtic (1994) *apud* Stainback e Stainback (1999) a inclusão é mais que um modelo para a prestação de serviço de educação especial. A inclusão é um novo paradigma de incluir todos os indivíduos em uma sociedade na qual a diversidade está se tornando mais normal do que exceção, por isso, o desafio é estender a inclusão a um número maior de escolas e comunidades e ao mesmo tempo ter em mente que o

principal propósito é facilitar e ajudar a aprendizagem e o ajustamento de todos os alunos, os cidadãos do futuro.

Segundo Taylor (1992) *apud* Stainback e Stainback (1999) incluir os alunos com algum tipo de deficiência nas turmas regulares eleva a consciência de cada aspecto inter-relacionado da escola como uma comunidade: seus limites, os benefícios a seus membros, seus relacionamentos com o ambiente externo e sua história.

3 MÉTODO

Delineamento:

O estudo foi realizado através de uma pesquisa de caráter transversal descritiva, utilizando um delineamento de levantamento de conteúdo com abordagem qualitativa, compreendendo uma pesquisa de campo, em que foi um entrevista semiestruturada elaborada acerca do tema pesquisado. A pesquisa foi realizada com professores de escolas públicas e privadas na cidade de João Pessoa, durante o mês de abril e maio de 2016.

Participantes:

Para a realização da pesquisa houve a participação de quinze professores sendo sete de escolas públicas e oito de escolas privadas, divididos em sete escolas (4 públicas e 3 privadas) todas da cidade de João Pessoa-PB; dos sete professores das escolas públicas cinco são do sexo feminino e dois do sexo masculino, todas do sexo feminino tem formação em pedagogia e uma delas tem especialização em Supervisão e Orientação e os do sexo masculino um tem formação em Educação Física e o outro em Matemática e o tempo de atuação deles varia entre três a 23 anos. Já dos oito professores das escolas privadas sete são do sexo feminino e um do sexo masculino, todos tem formação em pedagogia e o tempo de atuação deles varia entre três quinze anos.

Instrumentos:

Para a construção e realização desta pesquisa foi utilizado um questionário semiestruturado com cinco perguntas pré-elaboradas de caráter qualitativo acerca de como se dá a formação dos professores em relação a inclusão de autistas no ensino regular. E para caracterização da amostra foi realizado um questionário

sociodemográfico composto pelas seguintes questões: idade, sexo, formação, tipo de escola (pública, privada), tempo de atuação.

Procedimento

Inicialmente foi apresentado o projeto às instituições escolhidas a fim de solicitar as devidas autorizações para a coleta dos dados. Após a concordância das escolas, os professores foram convidados a participar da pesquisa, com a aplicação de um questionário e no ato informado à voluntariedade da participação, do caráter anônimo e confidencial de todas as informações. Uma vez tendo concordado com a participação no estudo, os respondentes assinaram o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, baseado nos preceitos éticos vigentes para a realização de pesquisas com seres humanos, defendidos pela Resolução n. 466/12 do CNS/MS. Após explicar todas as dúvidas surgidas foi informado que os dados coletados ou resultados ficarão disponíveis para os interessados. Esse procedimento atende as exigências necessárias para a sua aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, do Hospital Universitário Lauro Wanderley, da Universidade Federal da Paraíba. Explicou-se aos participantes todas as perguntas do questionário e também todas as perguntas do questionário sociodemográfico. O questionário apresenta questões pertinentes aos dados sociodemográfico, com questões básicas e pessoais. O questionário foi aplicado em contexto coletivo e individual (variando de acordo com a disponibilidade de cada escola e cada professor), porém será respondido de forma independente por cada participante.

Análise de dados

Para a constituição da pesquisa todos os dados obtidos através do instrumento e procedimento acima relacionados foram transcritos e organizados. Foi realizada uma análise qualitativa que possibilitou caracterizar o grupo amostral (análise de discurso) de acordo com Bardim (2009), a fim de saber como estar sendo a formação dos professores para a inclusão de autistas no ensino fundamental em salas regulares.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o objetivo de conhecer a formação dos professores em relação a inclusão de crianças com o Transtorno do Espectro Autista no ensino regular foi aplicado um questionário com cinco perguntas para professores do Ensino Fundamental, contendo um questionário sociodemográfico a fim de caracterizar a amostra. Contamos com a participação de 15 professores de escolas públicas e privadas da cidade de João Pessoa-PB. Em virtude do objetivo do estudo, optou-se por uma pesquisa qualitativa, tendo como objetivo principal analisar como se dá a formação dos professores em relação à inclusão de autistas no ensino regular e como objetivos específicos: comparar se existe diferença na inclusão de autistas na escola públicas e privadas, e identificar se os professores do ensino fundamental estão capacitados para inclusão de crianças autistas. Na sequência, estão apresentados os conteúdos das entrevistas a partir das questões apresentadas.

1. No decorrer de sua prática educativa sabes dizer se existe uma “Política de Inclusão” que beneficie a criança com o TEA (Transtorno de Espectro Autista)?

Escola Privada	“Sim! A lei de nº 12.754/12, que contribui para inclusão da pessoa co, TEA. É a política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva/2008, que reconhece as crianças com TEA como sendo também público alvo na Educação Especial.” “... com relação ao autismo são apenas adaptadas.” “... ainda existe resistência por parte dos profissionais, devido a não estarem aptos a saberem trabalhar com esses transtornos.” “... a escola ainda não pode recusar a matrícula da criança com TEA e mediante a apresentação do laudo médico a escola precisa adaptar o currículo...” “... nunca soube desta política de inclusão pelo menos nas escolas privadas não...” “... a meta 4 do PNE faz a política de inclusão, além do capítulo 5 da LDB 9394/96.” “Sim... planejamento com toda equipe pedagógica para atender melhor o aluno com qualquer tipo de deficiência.”
	“Sim, direito da criança em participar na sala de aula comum.”

Escola Pública	“... a lei de pessoas com deficiência é na própria LDB, elucida sobre o papel da escola e sociedade na inclusão de pessoas com deficiência há todos os segmentos da sociedade.” “... a LDB e a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA.” “... crianças autistas frequentam a sala regular mas não há nenhuma política específica voltada pra elas...” “... conheço a dinâmica do acolhimento e da boa vontade...” “Especificamente para o autista não... processo de acessibilidade, mas a qualidade da permanência é de interesse e iniciativa do professor...” “Sim... sala de recursos...”
------------------------------	--

Ideia-chave: A questão de número 1 tem como finalidade saber se os professores sabem dizer se existe uma “Política de Inclusão” que beneficie a criança com o Transtorno de Espectro Autista. Conforme respostas dos professores da rede privada pode-se observar que dos oito professores apenas um não conhecia a lei e dos sete professores da rede pública seis conhecem a lei e um conhece a lei pros portadores de deficiência, no geral, a que é voltada especificamente pros autista não. Assim podemos concluir que conforme foi respondido ainda existe resistência por parte de alguns profissionais, devido a não estarem aptos a saberem trabalhar com esses alunos em salas regulares.

É importante destacar que algumas respostas corroboram com o embasamento teórico do presente artigo na qual fala que foi sancionada a Lei nº 12.764, que institui a “Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista”. Sancionada em 27 de dezembro de 2012 pela presidente Dilma Rousseff, a medida faz com que os autistas passem a ser considerados oficialmente pessoas com deficiência, tendo direito a todas as políticas de inclusão do país - entre elas, as de Educação.

2. Na prática como estar sendo essa inclusão de crianças autistas em salas regulares do Ensino Fundamental?

Escola Privada	“Complexa! O maior problema enfrentado na “tentativa” de inclusão de estudantes com TEA está na formação docente, pois em sua maioria os docentes desconhecem os saberes necessários para a inclusão destes estudantes. Professores inclusivos, estudantes incluídos.” “... acesso ao conteúdo da serie em que está inserida, sendo adaptadas ao seu desenvolvimento.” “... acredito que 80% será bom rendimento.” “... interesse por parte de professores em ajudar no aprendizado das crianças.” “... com muita dificuldade e sacrifício, quando o educador trabalha sem apoio e material pedagógico adequado. Além da falta de ajuda dos pais e demais profissionais. Digo os pais, pelo fato de alguns não entenderem a realidade em que seu filho se encontra deixando buscar ajuda tarde.” “... não temos em escolas particulares os chamados cuidadores” “... de forma natural, onde os professores faz as adaptações necessárias...” “... processo que está em fase de adaptação...”
Escola Pública	“Bom quando tem o cuidador.” “De forma precária, pois a maioria dos professores não são formados nessa área para conseguir retirar todo o potencial desses alunos.” “A professora procura ajudar o máximo... fazendo atividades que o interage com os demais.” “... adaptar conteúdos e técnicas de ensino para tentar atingir o desenvolvimento em potencial das crianças especiais...” “... acompanhados por um cuidador, recebem a orientação do professor especialista da sala multifuncional.” “o professor acolhe e desenvolve o trabalho junto com a cuidadora...” “... feliz com o desenvolvimento...”

Ideia-chave: Tem como finalidade saber como está sendo essa inclusão de crianças autista em salas regulares do Ensino Fundamental e conforme as respostas dos

professores da rede privada pode-se observar que a tentativa de inclusão dos autistas é muito complexa, pois a maioria dos docentes desconhecem os saberes necessários para que ocorra de fato a inclusão dos alunos com autismo, além da falta de ajuda dos pais, porém alguns professores tem interesse em ajudar fazendo adaptações aos conteúdos da serie na qual o estudante esteja inserido fazendo com que se obtenha um bom rendimento.

Com relação aos dos professores da rede pública, pode-se observar que a maioria de suas respostas coincidem com os dados da rede privada, porém quando se tem um cuidador e orientação da equipe multidisciplinar da escola o desenvolvimento desses alunos são mais eficaz. No geral pode-se observar que tanto os professores da rede pública quando da rede privada afirmam que a maioria dos professores não tem conhecimentos necessários sobre a inclusão de alunos autistas em salas regulares acabando assim não atingindo resultados melhores para que possa obter uma inclusão de forma eficaz, porém os professores tentam de alguma forma colaborar para que esses alunos consigam interagir com os demais e assim obter êxito de alguma forma.

É importante ressaltar que houve respostas que corroborou com a base teórica de Karagiannis, Stainback e Stainback no que diz que a inclusão escolar não significa a inserção de alunos com deficiência em classes de ensino regular sem apoio para professores ou alunos, ou seja, o principal objetivo do ensino inclusivo é servir adequadamente a todos os alunos.

3. Como os alunos estão reagindo em relação a inclusão das crianças autistas?

Escola Privada	“Dependendo da variação do TEA a socialização por parte dos demais estudantes dá-se de forma natural.” “... menos preconceito...” “... vão aprendendo respeitar as diferenças.” “... não sinto preconceito, pelo contrário vejo eles preocupados em ajudar.” “... com muita compreensão. Levando em consideração de que ele seja tratado de forma igualitária...” “... crianças dependendo da idade e maturidade não entende porque aquela criança não fala ou não interage com as outras.” “As crianças não nascem preconceituosas somos nós adultos que
------------------------------	--

	transmitimos o preconceito. Então, procuramos ensinar a socialização de forma clara e sem preconceito, sendo assim eles acolhem bem a todos.
Escola Pública	“Alguns compreendem e outras não.” “... há pessoas e alunos que não conseguem interagir.” “No início é difícil, pois os alunos não sabem como agir ai é feito minis palestras, diálogos, dinâmicas para que aja a integração de todos evitando assim o preconceito.” “... as crianças autistas são muito bem aceitas pelos demais alunos... alunos gostam de ajudar de alguma forma...” “... solidários...” “... convivem bem com as limitações e as possibilidades de aprendizagem, contribuem para uma boa convivência e interagem em determinadas atividades.” “Com maturidade.”

Ideia-chave: Tem a finalidade de saber a reação dos alunos em relação a inclusão das crianças autistas em salas regulares e conforme as resposta dos professores da rede privada pode-se observar que dependendo da idade e maturidade da criança ela pode, de início, achar estranho, porém com o decorrer do tempo essa socialização se da de forma natural fazendo com eles sejam tratados de forma igualitária e nas respostas dos professores da rede pública pode-se observar que as respostas foram praticamente iguais e que é realizado palestras, diálogos, dinâmicas para que assim possa haver integração de todos evitando assim o preconceito para que possa conviver bem com as limitações e as possibilidades de aprendizagem de alguma forma.

Vale ressaltar que houve respostas que corroborou com a base teórica de Stainback e Stainback (1999) que diz que a inclusão proporciona aos alunos a oportunidade de vivenciar experiência em contextos reais os benefícios do ensino inclusivo.

4. A escola oferece algum tipo de adaptação curricular para essas crianças autistas? Se sim, qual?

Escola Privada	“Não. Infelizmente nosso sistema educacional desconhece que seu papel é buscar meios para favorecer a inclusão destes estudantes e não que os estudantes com TEA venham adapta-se a um sistema falho, excludente camuflado por uma dita inclusão.” “Sim, junto com a psicóloga e a psicopedagoga os conteúdos são adaptados.” “Mediante apresentação do laudo médico a escola procura fazer sim a adaptação...” “Não... o professor se for o caso tiver interesse vai pesquisar e estudar por conta própria. “... quando o aluno não estar acompanhando as tarefas escolar, a psicopedagoga para suas tarefas diferenciadas...”
Escola Pública	“Sim, provas diferenciadas.” “... as escolas agora recebem profissionais que trabalham nas salas multifuncionais, auxiliando no planejamento, as avaliações também podem ser variada dos alunos...” “... o ingresso de uma criança autista em uma escolar regular é garantido por lei...” “... não existe uma adaptação curricular feita pela escola mas cada professor procurar fazer essa adaptação... “Desconheço.” “... a escola oferece suporte em relação a material pedagógico e sala de recursos...” “Sim a sala de recurso.”

Ideia-chave: Em busca de saber se a escola oferece algum tipo de adaptação curricular para essas crianças autistas e de acordo com as respostas dos professores da rede privada podemos observar que algumas escolas realiza a adaptação curricular e outras não, os professores que responderam que sim eles afirmam que os conteúdos são adaptados junto com a psicóloga e a psicopedagoga da escola e os que responderam não eles afirmam que o sistema educacional desconhece seu papel que é buscar meios para favorecer a inclusão e quando o professor tem interesse em ajudar o mesmo é quem adapta os conteúdos, dos professores da rede pública, apenas dois responderam que a

escola não oferece a adaptação curricular e os demais responderam que sim, que as provas são diferenciadas e que as crianças autistas tem o suporte nas salas multifuncionais auxiliando assim o desenvolvimento do seu aprendizado.

Vale ressaltar que algumas respostas corroboram com a base teórica como diz a Lei nº 12.764 que se necessário a criança com o Transtorno do Espectro Autista tem direito a um acompanhamento especializado multidisciplinar para que aja adaptação curricular e assim proporcionar ao mesmo um bom desempenho escolar. Ficam definidas, também, sanções aos gestores que negarem a matrícula a estudantes com deficiência.

5. Como você percebe o envolvimento/acolhimento desses alunos nas redes de ensino regulares?

Escola Privada	“Falho! Infelizmente o advento inclusivo tem sido visto como o aumento no número de matrículas. A inclusão de estudantes com TEA não limita-se apenas ao envolvimento/acolhimento. A inclusão de estudantes com TEA requer o direito de aprender e ser respeitado em suas limitações e habilidades.” “Ainda em forma de adaptação.” “... o preconceito de muitas pessoas.” “... positivo, porém sei que isso não é a realidade de todas as escolas...” “Em algumas redes públicas elas são acompanhadas por um cuidador, facilitando assim o trabalho do educador junto a essas crianças. Mas as redes privadas em alguns casos o educador que limita-se a fazer além de educador os demais papéis de profissionais nas quais não lhe cabem, mas para não isolar esse aluno ou outra coisa... Trabalha com sacrifícios, fazendo o possível e impossível.” “... crianças ficam mais excluídas... e acabam regredindo...” “... desempenho lento mais tem vontade de aprender...” “Bom, já que a psicopedagoga está em trabalho junto com o professor...”
	“Na maioria das escolas públicas não há devido acolhimento a esses

Escola Pública	alunos.” “Alguns profissionais lidam bem com essa novidade, outras não, vai depender do apoio e planejamento que a escola pode oferecer aos profissionais e alunos.” “Nos atuais sistemas de ensino, as escolas tem ofertado, medidas facilitadoras como cuidadoras, professores de reforço e salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado).” “... bem acolhidos, no entanto não há muito preparo de toda equipe da escola no sentido pedagógico para facilitar o ensino-aprendizagem...” “... cuidador que na maioria das vezes tem boa vontade mas nenhum conhecimento teórico do próprio trabalho pedagógico... “... resistência por parte de alguns profissionais, penso que por questões de formação e/ou capacitação... “... normal sempre bem recebido.”
------------------------------	---

Ideia-chave: A finalidade em saber como está sendo o envolvimento/acolhimento desses alunos das redes de ensino regulares e de acordo com as respostas dos professores da rede privada podemos observar que o processo de envolvimento/acolhimento ainda está em forma de adaptação, pois a inclusão de crianças autistas em salas regulares não limita-se ao envolvimento/ acolhimento, que ainda existe o preconceito por parte de muitas pessoas, que os mesmos precisam de um cuidador para não sobrecarregar os professores, quanto aos professores da rede pública podemos observar que ainda existe resistência por parte de alguns profissionais que acaba assim não dando o devido acolhimento a esses alunos, porém na maioria dos casos eles são bem acolhidos dependendo do apoio e planejamento que a escola oferece aos profissionais e alunos.

Vale ressaltar que algumas respostas corrobora com a base teórica de Taylor (1992) na qual diz que incluir os alunos com algum tipo de deficiência nas turmas regulares eleva a consciência de cada aspecto inter-relacionado da escola como uma comunidade: seus limites, os benefícios a seus membros, seus relacionamentos com o ambiente externo e sua história

5 DISCUSSÕES

Com base nos dados coletados e supracomentados, percebemos que com base na formação dos professores, em relação a inclusão de alunos com o Transtorno do Espectro Autista na rede de ensino regular, as opiniões dos professores se assemelham em algumas das respostas podendo concluir que a maioria conhece a “Política de Inclusão dos Autistas” e que no geral ainda existe resistência de alguns profissionais por não saber como trabalhar com esses alunos. Já em relação como está sendo na prática essa inclusão, observamos que tanto os professores da rede pública quanto da rede privada não tem conhecimentos necessários para que de fato ocorra a inclusão de alunos autistas em salas regulares e isso faz com que eles não forma eficaz a inclusão desses alunos, porém os professores tentam de alguma forma colabora para que esses alunos consigam interagir com os demais e assim obter êxito de alguma forma.

Em relação a reação dos alunos a inclusão dos alunos autistas podemos observar que no início não é fácil, porém com o decorrer do tempo essa socialização acontece de forma natural e para que aja uma melhor integração entre os mesmos algumas escolas realiza palestras, diálogos, dinâmicas evitando assim o preconceito para que possa conviver bem com as limitações e as possibilidades de aprendizagem de alguma forma. Quanto a adaptação curricular para as crianças autistas podemos observar que algumas escolas fazem as adaptações necessárias no currículo das crianças autistas e elas tem o suporte nas salas multifuncionais auxiliando assim o desenvolvimento do seu aprendizado e as que não faz é porque desconhecem o seu papel de buscar meios para favorecer a inclusão. Em relação ao acolhimento/envolvimento que ainda estar em forma de adaptação, que existe resistência por parte de alguns profissionais, porém na maioria dos casos eles são bem acolhidos dependendo do apoio e planejamento que a escola oferece.

Baseado nos objetivos específicos desta pesquisa podemos afirmar que diante das opiniões dos professores não existe diferença na inclusão de autistas de escola privada e pública, o que se pode observar foi que essa inclusão ainda estar em forma de adaptação na maioria dos casos e em relação ao outro objetivo específico conforme a resposta dos professores podemos observar que alguns professores ainda não tem o conhecimento necessário para que de fato ocorra a inclusão desses alunos em salas regulares. Enfim vale ressaltar que durante a análise de dados, foi observado que as respostas dos professores corroboram com o embasamento teórico, o que torna o estudo mais satisfatório, alcançando os objetivos da pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com a presente temática é um desafio, devido a complexidade do seu entendimento e pela própria falta de conhecimento por parte de alguns profissionais. O TEA é algo desafiador e ao mesmo tempo instiga a procura de se conhecer mais. Seu diagnóstico é difícil e criterioso, tendo uma necessidade urgente de seu diagnóstico ser precoce, possibilitando um trabalho multidisciplinar logo nos primeiros anos de vida da criança.

Assim como toda pesquisa há suas dificuldades, não se pode deixar de comentar algumas, principalmente na coleta de dados com relação à colaboração de alguns participantes, já que o previsto era a realização da mesma com vinte professores sendo dez de escolas públicas e dez de escolas privadas, porém apenas quinze questionários puderam ser entregues devido a recusa e desinteresse de alguns profissionais em cooperar com o presente estudo.

Diante do que foi exposto e estudado, se faz necessário a continuidade do estudo, pois essa temática “Inclusão de Autistas em Salas Regulares” é algo muito abrangente e atual, abrindo assim novas possibilidades de estudo acerca dessa temática.

Por fim para que a inclusão ocorra é preciso mais do que a aprovação de uma lei. Deve-se rever as políticas públicas atuais de modo a garantir aos educadores os conhecimentos, o tempo e a formação necessária para que os alunos não só sejam matriculados, mas também tenham garantido seu direito de aprender.

ABSTRACT

Aiming the inclusion of autistic children in regular schools was created the law N ° 12.764, establishing the "Protection National Policy of the Person with Autistic Spectrum Disorder." Thinking about this question, this study has as general objective to analyze how is the training of teachers with regard to the inclusion of autistic people in regular schools. In addition, it has the following specific objectives: compare if there are differences between the inclusion of autistic individuals in public and private schools, and identify if the elementary school teachers are qualified to include autistic children. 15 teachers participated in this study (seven of them from public schools and eight from private schools), divided into seven schools located in the city of João Pessoa-PB. For conduct the survey, we used a semi-structured interview with 5 questions for the teachers and a sociodemographic questionnaire for characterization purposes of research. Data analysis was performed by means of speech analysis according to the analysis Bardin (2009). The results indicated that there is resistance from some professionals do not know how to work with these special students. Although the results were satisfying, it is clear the need for continuation of further study on the issue. For inclusion occurs, it takes more than an approval of a law. The current public policies must be reviewed to ensure for educators the knowledge, the time and the necessary training, so that students are not only enrolled in regular schools, but also have guaranteed their right to learn.

Keywords: Autism. Inclusion. Education.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5**: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 992p.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-IV**. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 4. Ed. Porto Alegre : Artmed, 2002.

BRASIL. LEI Nº 12.764, DE 27 de dezembro de 2012. Disponível em: (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm). Acessado em 20/12/2015.

BERGER, Katheleen Stanssen. O DESENVOLVIMENTO DA PESSOA da infância à terceira idade. 5º Ed. Rio de Janeiro. Editora LTC, 2012.

CHEVRIE-MULLER, C.; NARBONA, J. A linguagem da criança: aspectos normais e patológicos. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 544p.

CAMARGO, Sígla Pimentel; BOSA, Cleonice Alves .Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. Disponível em (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000100008&lang=pt). Acessado em: 20/12/2014

CARNEIRO, Moaci Alves. O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

DUMAS, Jean E. Psicopatologia da infância e da adolescência. Editora Artmed, 2011.

FARAGO, C. C.; FOFONCA, E. A ANÁLISE DE CONTEÚDO NA PERSPECTIVA DE BARDIN: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações, acessado em 29/05/2016, Disponível em: (<http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/007.pdf>). Acessado em 26 de maio de 2015.

LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros; SALOMAO, Nádia Maria Ribeiro; RAMOS, Cibele Shirley Agripino. Inclusão de autistas: Um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. Disponível em (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000100009&lang=pt) . Acessado em: 20/12/2014.

OLIVEIRA, Stephan Malta. A clínica do autismo sob uma perspectiva desenvolvimentalista: o papel do engajamento afetivo no desenvolvimento da comunicação e da linguagem. Disponível em (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652009000200031&lang=pt). Acessado em 20/12/2014

ORRÚ, Sílvia Ester (Organizadora). ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS Singularidades e desafios na prática pedagógica inclusiva. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2012.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. INCLUSÃO Um guia para educadores. Porto Alegre, Editora Artmed, 1999.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

1. No decorrer de sua prática educativa sabes dizer se existe uma “Política de Inclusão” que beneficie a criança com o TEA (Transtorno do Espectro Autista)? Se sim, qual?

2. Na prática como estar sendo essa inclusão de crianças autistas em salas regulares do Ensino Fundamental?

3. Como os alunos estão reagindo em relação à inclusão das crianças autistas?

4. A escola oferece algum tipo de adaptação curricular para essas crianças autistas?

Se sim, qual?

5. Como você percebe o envolvimento/acolhimento desses alunos nas redes de ensino regulares?

Agora, gostaríamos de saber um pouco a seu respeito:

01. Idade _____ anos

02. Sexo: _____

03. Escola: ☐ Pública ☐ Particular

04. Formação: _____

05. Tempo de atuação: _____

06. Data da aplicação: ____/____/____

Agradecemos por sua participação!

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esta pesquisa é sobre **Autismo: formação de professores para a inclusão de autistas no ensino fundamental** e está sendo desenvolvida por Isabel Medeiros da Silva, aluna do curso de Psicopedagogia da Universidade Federal Da Paraíba, sob orientação da Prof^a Adriana Gaião e Barbosa.

O objetivo geral do estudo é analisar como se dá a formação dos professores em relação à inclusão de autistas no ensino regular. Especificamente, têm-se como objetivos: comparar se existe do ensino fundamental estão capacitados para inclusão de crianças autistas. Tal intenção justifica a relevância acadêmica e social do projeto.

Solicitamos a sua colaboração para responder uma entrevista (com duração média entre 15 a 25 minutos), como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos das áreas de educação e saúde e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis para a saúde dos participantes.

Esclarecemos que a sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que recebi uma cópia desse documento.

João Pessoa, _____ de _____ de 2016.



Impressão dactiloscópica

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura da pesquisadora

Contato com o Pesquisador (a) Responsável: (83) 8845-2804-5829 Falar com Isabel Medeiros.
Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) Adriana Gaião e Barbosa, telefone: (83) 9302-2791 ou para o Comitê de ética do Hospital Universitário Lauro Wanderley. Endereço: Hospital Universitário Lauro Wanderley - H-LW – 4º andar. Cidade Universitária. Bairro: Castela Branco – João Pessoa – PB. CEP: 58059 -900.
E-mail: comitedeetica@hulw.ufpb.br Campus I – fone: 32167964